

Sumário

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Prefácio	13
Introdução.....	17
1. Fundos de investimento no Brasil	21
1.1. Relato histórico do mercado de capitais brasileiro	23
1.2. Regulação e autorregulação	29
1.3. Natureza jurídica.....	35
2. Deliberações de fundos de investimento.....	45
2.1. Estrutura dos fundos	45
2.1.1. Constituição e funcionamento.....	46
2.1.2. Cotas e cotistas	47
2.1.3. Prestadores de serviço.....	52
2.1.4. Conceito de deliberação e formas de manifestação de vontade do fundo.....	57
2.2. Direito de voto	62
2.2.1. Acordo de cotistas.....	63
2.2.1.1. Voto de vontade e voto de verdade.....	66
2.2.2. Cotas com gravames e titularidade do direito de voto.....	68
2.2.3. Finalidade do voto.....	71
2.3. Classificação da deliberação enquanto fato jurídico	73
2.3.1. Elementos de existência	83
2.3.2. Requisitos de validade	87
2.3.3. Fatores de eficácia	92

3. Invalidade das deliberações de fundos de investimento	95
3.1. Regramento jurídico aplicável	96
3.2. Espécies de vícios	105
3.2.1. Vícios de assembleia	106
3.2.2. Vícios de deliberação	108
3.2.3. Vícios de voto	109
3.2.3.1. Proibição de votar e conflito de interesses	113
3.2.3.2. Abuso do poder de controle	120
3.2.3.3. Violação à boa-fé objetiva	121
3.3. Impactos da deliberação inválida para terceiros	123
3.3.1. Condutas dos prestadores de serviços essenciais	123
3.3.2. Atos jurídicos conexos à deliberação invalidada	126
3.3.2.1. Aspectos de direito material	128
3.3.2.2. Aspectos de direito processual	130
3.4. Particularidades de litígios envolvendo invalidade de deliberações de fundos de investimento	134
3.4.1. Relevância da matéria probatória	134
3.4.2. Prazo para impugnação	135
3.4.3. Legitimidade ativa	137
3.4.4. Legitimidade passiva	142
3.4.5. Responsabilidade dos prestadores de serviço e invalidade da deliberação que aprova demonstrações financeiras e contas	143
Conclusões	149
Referências bibliográficas	155